





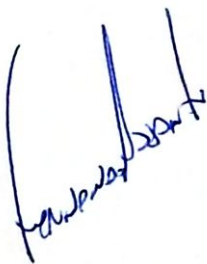
ATA Nº 02/2019 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FEDERATIVAS - CMRIF. Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos de Balneário Camboriú, localizada na Rua 1822, número 1510 - Centro, neste município, os representantes do Conselho Municipal de Relações Internacionais e Federativas. **Estiveram presentes os seguintes conselheiros:** Luciana Vargas (Suplente/Secretaria de Turismo); Luiz Estanislau Eiekarziewicz (Titular/Fundação Municipal de Esportes-FMEBC); Giselda da Silveira Cherem (Titular/ Escritório de Relações Internacionais); Jorge Hector Morella Junior (Titular/Curso de Relações Internacionais); Ricardo Bruno Boff (Suplente/Curso de Relações Internacionais); Vitor Hugo Klein Jr. (Suplente/UDESC) e Fernando Assanti (Suplente/Acibalç). **Contando com os seguintes representantes:** Elvis Roni Bucior (Câmara de Vereadores) e Liliana Raquel Noto Inacio (Secretária Executiva/Casa dos Conselhos). **Justificou sua ausência:** a conselheira Vanessa Marie Salm (Titular/UDESC). Sendo as quatorze horas, é dado início à reunião. É passada a **lista de presença** e lembrada a **pauta do dia:** 1. Aprovação do Regimento Interno; 2. Eleição da Mesa Diretora. Inicialmente é feita a **análise do Regimento Interno**, mediante a leitura e discussão conjunta. Todos concordam no Capítulo I da finalidade. No capítulo II, "Da Natureza e da Competência" não são sugeridas modificações por considerar que o mesmo está fundamentado na Lei de Criação do Conselho, referente às competências legais. É discutida a necessidade o inciso IV, e é deliberada a permanência do mesmo. É mencionada a falta de alguns detalhes na lei, para o qual é sugerida uma posterior análise e solicitação de emenda. Também é questionada a presença do tempo de mandato da Diretoria do conselho na Lei de Criação do mesmo, embora, os conselheiros tenham colocado no Regimento Interno. Conselheira Luciana fala a respeito da lei do Conselho de Turismo, que é datada de 1976, sendo que a vigência da Diretoria não constava nem na Lei de Criação nem no Regimento Interno, para o qual foi revisto várias vezes e ainda não foi alterado, por isso considera importante o fato de estar constando no Regimento Interno do CMRIF. Após é discutida a abrangência do inciso VIII, referente à organização e coordenação de eventos de relevância nacional e internacional, sendo esclarecido que o conselho irá contribuir ao fomentar e propor essas atividades, não sendo necessariamente responsável pela organização desses eventos e no que diz respeito a "contribuir com o Município de Balneário Camboriú", será conforme deliberação do conselho. Conselheiros lembram que esse inciso foi transcrito da Lei. Logo, no inciso XV, referente às ações do município relacionadas aos megaeventos esportivos, a conselheira Luciana sugere que seja solicitada às Secretarias ou aos Hotéis como o Sibara, uma programação dos eventos internacionais para se colocarem a par e ver de que maneira o conselho pode estar contribuindo. No Capítulo III, da Composição, é informado que foi elaborado de acordo com a Lei. É esclarecido que o conselho tem a prerrogativa de ter dois terços de integrantes não governamentais. No artigo quinto, é esclarecido que o tempo de mandato de dois anos é tanto para os representantes governamentais quanto para os não governamentais, e que cada representante pode permanecer dois mais dois anos na representação da sua entidade. Conselheiros deliberam que não será acrescentado nenhum esclarecimento no artigo quinto. Após, é analisado o processo do fórum de eleição das entidades não governamentais, conforme artigo sétimo da Seção II. Logo, é feita a leitura do parágrafo oitavo, no qual consta que "nenhum membro representante da sociedade civil organizada, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão, função de confiança e/ou gratificada, vinculado a administração pública". Após, é discutida uma das consequências de ter uma fração de dois terços do conselho não governamental, que implica na mínima chance de se ter um presidente governamental por eleição, e que, se fosse colocada a obrigatoriedade da alternância, poderiam ter um ano um presidente não governamental e outro ano um presidente governamental e assim sucessivamente. Conselheiros alegam que hoje em dia já se tem o

entendimento do Ministério Público de que não há necessidade mais da paridade do conselho. Passa-se então à análise do **Capítulo IV Da Organização e do Funcionamento**. Após análise do parágrafo terceiro do artigo nono, é **deliberado suprimir *"NÃO SENDO O PRESIDENTE"**, ficando o mesmo redigido da seguinte maneira: **"§ 3º Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora *, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá à Plenária do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto**. Logo são feitos alguns esclarecimentos referentes a quórum, quantidade máxima de faltas permitidas, necessidade de justificativa, e outras questões referentes à convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias. Na sequência, no parágrafo terceiro do artigo dezessete é **deliberado substituir "em duas sessões subsequentes" por "NA SESSÃO SUBSEQUENTE"**, ficando redigido da seguinte maneira: **§ 3º A matéria que entrar na pauta de reunião deverá ser apreciada e votada, quando for o caso, no máximo na sessão subsequente**. Na continuidade é analisado o artigo dezoito, sendo **deliberado acrescentar "POR E-MAIL OU OFÍCIO"** ficando desta forma: **Art. 18 As matérias sujeitas à deliberação deverão ser encaminhadas ao Presidente, por intermédio do conselheiro interessado, por e-mail ou ofício, no prazo de 10 (dez) dias anteriores à reunião, para deliberação da Mesa diretora**. Após é discutido o tempo máximo que será disponibilizado para apresentação da matéria, para o qual é **deliberado acrescentar, no parágrafo segundo do artigo dezenove, "EM ATÉ QUINZE MINUTOS E, PARA DISCUSSÃO"**, ficando da seguinte maneira: **§ 2º A palavra será disponibilizada para apresentação da matéria em até quinze minutos e, para discussão, na ordem de inscrição, sendo permitido um tempo máximo de 05 (cinco) minutos, extensíveis para mais 03 (três) por apenas uma vez**. Na continuidade os conselheiros analisam o artigo vinte, e consideram necessário acrescentar um parágrafo que especifique o que não deve ser considerado ausência de um conselheiro titular, sendo **deliberado ACRESCENTAR o seguinte PARÁGRAFO no artigo vinte: § 2º Não se configura ausência o afastamento momentâneo do titular do recinto das sessões**. Após, é analisada a Seção II Das Comissões. Os conselheiros consideram que as comissões permanentes podem ser compostas também por suplentes, por este motivo é **deliberado acrescentar "OU SUPLENTE"**, ficando o artigo vinte e oito assim redigido: **Art. 28 Cada Comissão Permanente será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) conselheiros titulares ou suplentes, segundo suas afinidades com os temas das respectivas comissões**. No que diz respeito ao documento final do trabalho realizado pelas comissões é considerado que só deverá ser relatado, mas não para discussão nem deliberação da plenária. Por este motivo é **deliberado suprimir "PARA DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO"** ficando o artigo trinta e quatro redigido da seguinte forma: **"Art. 34 O documento final do trabalho realizado pelas Comissões deverá ser relatado na Plenária"**. Na Subseção II Das atribuições da Comissão de Países e Organizações Internacionais Públicas e Privadas, no artigo trinta e seis, é **deliberado acrescentar "FOMENTAR, PROPOR E CONTRIBUIR"**, ficando assim redigido: **"Art. 36 A Comissão de Países e Organizações Internacionais Públicas e Privadas tem como atribuições fomentar, propor e contribuir"**. No que diz respeito à Subseção III Das atribuições da Comissão de Acompanhamento de Projetos, é **deliberado acrescentar "LEGISLATIVOS E EVENTOS INTERNACIONAIS"** e do mesmo modo em que foi feito no artigo trinta e seis, é **deliberado esclarecer no artigo trinta e sete, acrescentando também "FOMENTAR, PROPOR E CONTRIBUIR"**, ficando da seguinte forma: **"Subseção III Das atribuições da Comissão de Acompanhamento de Projetos Legislativos e eventos internacionais. Art. 37 A Comissão de Acompanhamento de Projetos Legislativos e eventos internacionais tem como atribuições fomentar, propor e contribuir"**. Após análise da Subseção IV Das atribuições da Comissão de Comunicação e Mídia, todos os conselheiros concordam com a redação da mesma, sem sugestões de alteração. Os conselheiros discutem, de um modo geral, as competências das comissões e **deliberam que deve**

ser acrescentado no artigo trinta e um a apresentação do "PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES", ficando assim redigido: "Art. 31 As Comissões apresentarão a cada reunião relatos das discussões, planejamento de atividades e os assuntos afetos à sua temática e das questões encaminhadas pela Presidência ou pela Plenária." É esclarecido que no final do ano a Diretoria precisa fazer um Relatório das Atividades do Conselho, apresentar no Fórum das Entidades, e encaminhar ao Legislativo. Finalmente é deliberado que a Eleição da Mesa Diretora será realizada na próxima reunião ordinária na sexta-feira dia dez de maio, e também será feita a composição das comissões. Nada mais havendo a tratar, é dada por encerrada a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes, para que surta os efeitos legais.





Luciana Vargas